

[illegible]




Nº DO PROCESSO	0011013/2024	DATA DE ENTRADA	06/05/2024 09:01:26
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

COMPLEMENTO

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PE 06/2024 - REFERENTE AO GRUPO 2

<b>REQUERENTE</b> HPS CLEAN MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA	
<b>TELEFONE</b> (21) 3743-5589	<b>CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)</b>

[illegible]

	Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá	Nº DO PROCESSO	DATA ABERTURA
		<b>0011013/2024</b>	06/05/2024 09:01:26

---

<b>REQUERENTE</b>
HPS CLEAN MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA
<b>ASSUNTO</b>
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS
<b>COMPLEMENTO</b>
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PE 06/2024 - REFERENTE AO GRUPO 2

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 14303/2023**

HPS CLEAN MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Azelaide Rodrigues da Silva, 168, Loja, Quadra 03 Lote 26, Centro, Nilópolis – CEP: 26.525-020, inscrita no CNPJ sob o nº 35.772.303/0001-07, por seu representante legal abaixo assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com base no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, interpor oportuno e tempestivo.

#### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face decisão que declarou como vencedora do certame a empresa **INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CNPJ 14.355.750/0001-90**, requerendo, inicialmente, a reconsideração da decisão ora recorrida; ou, subsidiariamente, que seja o presente recurso remetido à autoridade competente para julgamento, recebido no efeito suspensivo e, após os trâmites legais, conhecido e provido, na forma e para os fins legais, o que faz de acordo com os fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

#### **I - DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO DO RECURSO**

Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento do presente recurso, eis que atende a todas as disposições constantes no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021 e do item 08 do edital.

A Recorrente manifestou, imediata e motivadamente, o seu interesse em recorrer da decisão que declarou a empresa **INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, como vencedora do certame em epígrafe na data de 29/04/2024, razão pela qual vem apresentar neste momento suas razões recursais.



Destarte, as razões recursais são indiscutivelmente tempestivas, porquanto apresentadas rigorosamente dentro do prazo legal, qual seja: 3 (três) dias úteis contados da manifestação do interesse em recorrer da decisão, findando-se em 03/05/2024.

Verificados o cabimento e a tempestividade do presente recurso, requer que seja conhecido e provido, em conformidade com as razões a seguir.

## II - DOS FATOS

Trata-se de Recurso Administrativo interposto contra a decisão que habilitou o **INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** na licitação Pública nº 06/2024 na modalidade Pregão Eletrônico, promovida pela Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Maricá, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio administrativo e técnico operacional, incluindo uniformes e demais equipamentos necessários para atender as necessidades da Secretaria de Esporte e Lazer.

Na etapa de lances o **INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** ofertou o menor preço, restando declara-lo vencedor do certame. Contudo, ao analisar a proposta de preços apresentada pela Recorrida, a Recorrente constatou que a proposta é ilegítima em razão dos equívocos abaixo verificados.

Consoante o Edital de Licitação e em estrita observância ao disposto na Lei 14.133/2021, o Órgão estimou o valor da contratação do GRUPO 02 em **R\$ 1.893.304,08 (um milhão, oitocentos e noventa e três mil, trezentos e quatro reais e oito centavos)**. Entretanto, a vencedora apresentou uma proposta no valor de **R\$ 1.356.467,76 (um milhão, trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos)**, representando um desconto exuberante de 28,35% em relação ao valor estimado.

Além disso, é importante ressaltar que a desproporção entre o valor apresentado pelo **INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** e os valores propostos pelas demais licitantes é notável. Tal desproporção evidencia que o valor arrematado pela recorrida destoa substancialmente daqueles apresentados pelas demais concorrentes. Isso suscita uma preocupação legítima sobre a capacidade real da recorrida em cumprir as obrigações contratuais de forma satisfatória, o que pode afetar a lisura e eficácia do procedimento licitatório.

Adicionalmente, é fundamental ressaltar que, após consultar a documentação da Recorrida, a Recorrente constatou que o **INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** se trata de uma Organização de Sociedade Civil sem fins econômicos e conforme consulta jurídica, a participação de uma Organização de Sociedade Civil sem fins econômicos, fere o princípio da isonomia diante do tratamento tributário privilegiado concedido às entidades do terceiro setor, quando essas competem com empresas privadas, conforme preceitua o Parágrafo Único do Artigo 12, da **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 25 DE MAIO DE 2017**, "in verbis":

*"Parágrafo Único. Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa."*

Nesta perspectiva, em solução de consulta fiscal, a Receita Federal, responde que a entidade do terceiro setor deve recolher tributos quando pratica atividades empresariais com fins econômicos, o que não foi previsto no Submódulo 2.2 e Módulo 6 da planilha de custos apresentada pelo **INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**.

A decisão de declarar vencedor o **INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, mesmo diante de uma proposta ilegítima, suscita sérias preocupações acerca da correta aplicação dos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e isonomia que devem nortear os procedimentos licitatórios. A ampla disparidade entre o valor ofertado e o valor estimado impõe uma análise criteriosa e aprofundada das circunstâncias envolvidas.

É de suma importância ressaltar que, se faz necessário realizar a manutenção da decisão da comissão de licitação, no que tange a uma proposta notoriamente incompatível com a legalidade jurídica e fiscal do país, que viola os princípios basilares da Administração Pública.

Reforçamos que não questionamos o direito da Vencedora de apresentar uma proposta com preços competitivos. No entanto, o desconto apresentado é tão substancial que levanta dúvidas legítimas quanto à capacidade da empresa de cumprir as obrigações contratuais sem prejudicar a qualidade do serviço e o atendimento adequado às necessidades do órgão, além de deixar de cumprir as obrigações fiscais e previdenciárias estipuladas na legislação vigente.

De um lado, o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, Art.11 da lei 14.133/2021, faz pairar a equivocada percepção de que quanto menor o preço obtido na licitação, maior será a vantagem para a Administração. Por óbvio, tal entendimento não merece prosperar.

Se o preço baixo for obtido à custa da segurança da execução do contrato, só o risco de inexecução ou o de execução irregular, já faz desmoronar a vantagem que se pensava ter obtido. Assim, em contraponto ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, emerge o princípio da indisponibilidade do interesse público e tal, exige do Gestor os cuidados necessários a fim de que, a um só tempo, possibilite ampla margem de competição entre os interessados na oportunidade de negócio colocado em disputa, como também, as necessárias garantidas para que o contrato seja executado com o nível de rendimento e qualidade desejado.

Não se deve admitir como válidas as propostas que se revelarem ilegítimas, como é o caso da proposta da Recorrida, porquanto formuladas sem as condições mínimas de sustentação, fragilizando a garantia da execução do ajustado. Nas licitações em que o menor preço é determinado por taxa de administração, a formulação de proposta de valor negativo traz, em si, um forte indício de irregularidade, que deve ser investigado ao tempo do julgamento do certame.

Aferir a legalidade e exequibilidade das propostas trata-se de ato administrativo imprescindível para minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, pode estar assumindo obrigação que não poderá cumprir, bem como para tutelar valor juridicamente relevante, qual seja, o de que as atividades econômicas sejam lucrativas, promovendo a circulação de riquezas no país.

Saliente-se que a Administração tem o dever de cuidar da coisa pública. Isso significa dizer que deve ser utilizada a solução mais oportuna e eficiente de forma a prevalecer a melhor gestão dos recursos públicos. Portanto, desclassificar o **INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, é medida que se impõe.

### III - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a HPS CLEAN MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA o conhecimento do presente Recurso Administrativo para reformar a decisão administrativa que declarou vencedor o **INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** em atendimento aos princípios norteadores do certame licitatório, em especial aos princípios da legalidade, isonomia e do interesse público, devido a proposta ilícita e inexecutável que foi apresentada no processo licitatório em tela.

*Ad argumentandum tantum*, caso seja julgado improcedente este recurso, roga que o Nobre Pregoeiro se digne submeter este instrumento à análise da Autoridade Superior.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Nilópolis/RJ, 03 de maio de 2024.

CARLA CRISTINA  
BRAZIL RODRIGUES  
DAMASCENO:082052  
49725

Assinado de forma digital por  
CARLA CRISTINA BRAZIL  
RODRIGUES  
DAMASCENO:08205249725  
Dados: 2024.05.03 17:09:01  
-03'00'

---

HPS CLEAN MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 35.772.303/001-07  
CARLA CRISTINA BRAZIL RODRIGUES DAMASCENO  
CPF: 082.052.497-25 | RG: 12.397.080-8